

OPINIOM

# Monarquia e racismo

CELSE ALVAREZ CÁCCAMO

*AGORA ASSISTIMOS A UMA RÉ-LEGITIMAÇÃO DESTES SISTEMA ANTIDEMOCRÁTICO POR PARTE DA PARTIDOCRACIA ESPANHOLA. ARGUMENTA-SE AMIÚDE QUE A MONARQUIA DEVE CONTINUAR PORQUE 'O POVO' ASSIM O QUER. PORÉM, NA MINHA HUMILDE OPINIÃO E EXPERIÊNCIA, O QUE A GENTE QUER É SIMPLEMENTE INDEPENDÊNCIA. O QUE QUER É A AUTODETERMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA VERDADEIRA, A DA MENTE, A LIBERDADE DE UNIÃO E DESUNIÃO EM TODOS OS NÍVEIS SEM FIGURAS PERENES DE AUTORIDADE, A LIBERTAÇÃO DO MATERIAL, A LIBERDADE DE ESCOLHER REPRESENTAÇÃO SE FIZER FALTA, DE AUTO-ORGANIZAÇÃO, DE EXERCER FORMAS DE RELAÇÃO LABORAL SEM EXPLORAÇÃO, A EMANCIPAÇÃO DESSA PRISÃO QUE É A DESIGUALDADE DIÁRIA*

Como pode uma pessoa chamar-se socialista ou simplesmente progressista e defender o simplesmente aceitar a monarquia? Como pode alguém justificar com critérios democráticos que a máxima representação e poder de um Estado descansem sobre alguém que os obtém ou herda em virtude dos genes, da família, da classe social e do sexo? Digam os democratas, progressistas, socialistas e até comunistas todos que ainda há medo, sim, medo de falar, medo do exército (por exemplo), e compreenderei a sua posição. Mas não se justifiquem alegando que 'o povo' apoia a aberração monárquica, porque, segundo isto, o 'apoio do povo' também estaria por detrás do regime de Franco, do nazismo, de tantas aberrações como a clitoricotomia, a amputação das mãos, a pena de morte, o escravismo, a invasão de Afeganistão, a massacre das Torres Gémeas, a lapidação das adúlteras e o encarceramento de homossexuais. E o próprio capitalismo.

A realidade é que a monarquia espanhola actual se sustenta em princípios literalmente racistas que não deveriam ter lugar em nenhuma sociedade chamada democrática. Quando a ciência genética quer destacar a essencial igualdade dos seres humanos, quando categorias como 'raça' vão caindo nas fundas gavetas da história, numerosos territórios do mundo, entre eles a frágil amalgama chamada Reino de Espanha, ainda conservam formas de estado intrinsecamente racistas, quer dizer, fundamentadas na diferença genética. Porque o racismo não consiste só na discriminação por razão das características morfológicas das pessoas: o racismo consiste na classificação social da gente por critérios genéticos. Como o sexismo, o racismo não é uma ideologia só discriminatória, mas é em pri-

meiro lugar classificatória. Porém, a declinante categoria de 'raça' é apenas o trivial resultado da concentração relativa de um conjunto de traços fisionómicos activados por vulgares genes que se transmitem na copulação. Porquê este ordinário acaso pôde chegar a ter algum papel na organização hierárquica da humanidade moderna, é algo que só surpreendidos historiadores da utopia futura poderão abordar.

A racialização das pessoas não é uniforme nas diversas sociedades. Nos EUA, por exemplo, é 'negro' quem possui algo de 'sangue' de escravos africanos, pois, em geral, os descendentes da união entre 'brancos' europeus e escravas africanas (o caso mais frequente, fruto de relações impostas ou de violações) ficavam com o grupo de escravos e eram socialmente 'negros'. Consequência disto é a quase total correlação actual entre etnia afro-americana e classe baixa nos EUA. Em contraste, na Espanha colonizadora de América existia uma classificação escalar das 'raças' em função das percentagens específicas de 'sangue': havia negros (com ambos os progenitores 'negros'), mulatos (um 'negro', outro 'branco'), 'cuarterones' (só um dos quatro avós 'negro'), 'índios', 'mestizos', etc. No regime nazista, por sua parte, demonstrava-se oficialmente 'raça ária' com ter só os oito primeiros apelidos de origem germânica. Parece que foi assim decidido por Hitler mesmo porque o seu nono apelido era judeu. No nazismo, o 'sangue judeu' limitava direitos ou condenava à morte, e o 'sangue ário' concedia privilégios. E assim por diante.

Com efeito, nos sistemas políticos racistas, como o do Reino de Espanha, a distribuição de 'sangue' e genes limita direitos ou concede privilégios aos cidadãos: o racismo está inscrito na própria Constituição que impôs a monar-

quia. O facto é que a Coroa, quer dizer, a chefatura vitalícia do Estado e todos os poderes e privilégios que esta acarreta, se herda em virtude dos genes, e portanto a Monarquia vulnera frontalmente o princípio da igualdade perante a lei. O possível herdeiro (ou, já agora, a possível herdeira) deve ter 'sangue' da gínea Borbón/Bourbon em Espanha, que, num dado momento, se fundiu, via Louis XIV Dieudonné de France, com genes da meia-irmã de Carlos II 'el Hechizado' María Teresa de Espanha, da rama Habsburg ou Áustria, descendente portanto de Philipp I von Habsburg 'el Hermoso' e de Juana I de Aragón 'la Loca'. Juan Carlos de Borbón, Felipe de Borbón e Leonor de Borbón y Ortiz são, portanto, descendentes directos dos Reyes Católicos, do Imperador Maximiliano I de Áustria e de Henri IV de Bourbon, entre outros. Vamos, como um sapateiro da Rua Real da Corunha ou uma limpadora da Rua Príncipe de Vigo.

Sabemos que na história dos Borbón e dos Habsburg houve grande endogamia, por mor de garantir o controlo dos domínios e a unidade do grupo genético que poderia herdá-los. Que na gínea Borbón actual haja mistura de genes e apelidos não empece a base racista da monarquia espanhola: É a presença de 'sangue' Borbón que valida o privilégio (não "direito"! ) à herança da Chefatura vitalícia do Estado, enquanto a presença de outro "sangue" (Ortiz, por exemplo) não invalida este privilégio.

Agora assistimos a uma ré-legitimação deste sistema antidemocrático por parte da partidocracia espanhola. Argumenta-se amiúde que a Monarquia deve continuar porque 'o povo' assim o quer. Porém, na minha humilde opinião e experiência, o que a gente quer é simplesmente indepen-



João Carlos assina a Constituição espanhola, enquanto o seu herdeiro observa

dência. O que quer é a autodeclaração e independência verdadeira, a da mente, a liberdade de união e desunião em todos os níveis sem figuras perenes de autoridade, a libertação do material, a liberdade de escolher representação se fizer falta, de auto-organização, de exercer formas de relação laboral sem exploração, a emancipação dessa prisão que é a desigualdade diária. A emancipação que no meu velho e estranho vocabulário é sinónimo de autogestão livre e colectiva.

E uma coisa parece certa: com Monarquia, emanada dum princípio discriminatório fundacional, nunca haverá tal independência da gente. Sem ela, já se verá. Mas é uma irresponsabilidade, até do independentismo galego, pensar que a forma de estado de Espanha não deve ser uma prioridade política porque é assunto de outro "povo". Isto seria não compreen-

der a natureza da dominação política na Galiza. A Coroa garante constitucionalmente a unidade de "Espanha". Essa é a sua função primordial. E o exército é o seu braço armado. A pretensa "concessão" feita ao regime monárquico pela partidocracia espanhola há agora 30 anos já chegou longe demais. Sob o regime monárquico espanhol, um processo soberanista galego não tem qualquer hipótese de sucesso. Infelizmente, penso que só sem monarquia em Espanha se poderiam abrir as portas à soberania dos súbditos (falo em tecidos sociais reais, não em 'essências' étnicas também geneticistas) que agora constituem o que se chama a Galiza.

Desde qualquer concepção da liberdade, interrogar publicamente e com intensidade o regime monárquico espanhol deveria ser uma prioridade.